

ATA DA 9.ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DO PARANÁ, EM 24 DE MARÇO DE 1947

Presidência do senhor Ovande do Amaral, secretariado pelos senhores Pinheiro Júnior e Júlio Buskei.

A hora regimental procede-se à chamada dos senhores deputados estando presentes os seguintes: — Pinheiro Júnior, Santos Filho, Edgar Sponholz, Ovande do Amaral, Alvir Riesemberg, Aldo Silva, Júlio Xavier, Vieira Netto, José Darú, Aldo Laval, Alcides Pereira Junior, Rivadavia Vargas, Lopes Munhoz, Ribeiro dos Santos, Felizardo Gomes da Costa, Portugal Tavares, Alves Bacelar, Ernani Benghi, Zagonel Passos, Atilio Barbosa, Júlio Buskei e Accioly Filho (22), faltando com causa justificada os senhores: — João Chéde, José Machuca, Anísio Luz, Lustosa de Oliveira, Avelino Vieira, Ostojá Roguski, Guataçara Borba, Lacerda Werneck, Mares de Sousa, Helio Setti, Iracy Viana, Justiniano Climaco, Lineu Novais, Firman Neto e Waldemiro Pedroso (15).

Constatada a presença de número legal.

ABRE A SESSÃO

passando o sr. 2.º Secretário á leitura da ata da sessão anterior, que, depois de lida, é aprovada.

Passa o sr. 1.º Secretário á leitura do

EXPEDIENTE

TELEGRAMAS: — Do governador Ademar de Barros agradecendo o telegrama de felicitações por ocasião de sua posse no governo de São Paulo — Despacho: Arquite-se.

— Dos Presidentes das Assembléias Constituintes da Paraíba e Ceará, agradecendo a comunicação da instalação desta Assembléia. — Despacho: Arquite-se.

— Do Presidente da Sociedade dos Pais Católicos, apresentando aos senhores deputados votos de felicidade no desempenho de seus mandatos. — Despacho: Agradeça-se.

— Do Presidente da Comissão Constitucional da Assembléia Constituinte, do Rio Grande do Sul, solicitando remessa de um exemplar do ante-projecto da Constituição do Paraná. **Despacho:** — Providencie-se na ocasião oportuna.

— Do senador Artur Santos, agradecendo a aprovação pela Assembléia do requerimento apresentado pelo deputado Lineu Novais referente á sua pessoa. — Despacho: Arquite-se.

Offício: — Do dr. Angelo Lopes, comunicando haver assumido em

data de 13 do fluente, o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. — Agradeça-se.

Mensagens: — Do senhor governador Moysés Lupion, referentes a várias indicações dos senhores Deputados.

“Governo do Estado Paraná.
Curitiba, 22 de março de 1947.

GABINETE

N.º 53.

Senhor Presidente:

Temos a honra de levar ao conhecimento dessa Assembléia que a proposição do Deputado Edgar Sponholz, encarecendo a necessidade de se manter um sempre efetivo amparo às Cooperativas do Mate no Estado, — foi objeto do maior interesse para nós, tanto mais que ela vem ao encontro do propósito, que expressamos em nossa plataforma de governo, de amparo e incentivo à produção do mate, mediante estudo objetivo do problema, mormente face à subprodução que se está recentemente verificando.

Nesta oportunidade, reitero-lhe as expressões de minha elevada consideração, e a essa Assembléia os protestos do meu respeito.

Tudo por um Paraná maior.

(a) **Moysés Lupion** — Governador”.

“Governo do Estado do Paraná.

Curitiba, 21 de março de 1947.

Of. n.º 50.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de levar a essa Assembléia a minha satisfação de aprovar a indicação do Deputado Atilio de Almeida Barbosa, para que o Palácio da Assembléia Legislativa do Estado passe a denominar-se Rio Branco, como homenagem ao grande estadista.

O decreto a respeito será lavrado no próximo dia 29 de março, em comemoração ao aniversário da fundação de Curitiba.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência a afirmação de minha distinta consideração e a essa Assembléia os sinais do meu respeito.

Tudo por um Paraná Maior.

(a) **Moysés Lupion** — Governador”.

Finda a leitura do expediente, o senhor Presidente franqueia a palavra aos oradores inscritos, pela ordem.

O SR. SANTOS FILHO: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o sr. Deputado Santos Filho.

O SR. SANTOS FILHO: — Sr. Presidente, srs. Deputados. Pedi a palavra para ventilar um assunto que diz respeito à economia do litoral paranaense, a respeito da recente proibição da exportação de frutas para o exterior. Como sabem meus nobres colegas, a cultura de frutas, principalmente da banana, representa quase tudo, neste momento agônico para a economia paranaense, em relação aos Municípios do litoral. A proibição da exportação de frutas em geral irá, indiscutivelmente, ferir de morte a economia afetada por uma série de fatores que se têm colocado como um entrave ao seu desenvolvimento. Mais uma vez, faço sentir aqui que sempre estarei de pé pelo município de Paranaguá, e levo ao conhecimento desta Assembléia que virei fazer considerações em torno do assunto que sirvam para elucidar, de maneira clara e lógica, expressando a justiça e o que há de honesto nele. Sabemos que o plantador visa, principalmente, vender parte da sua produção para o exportador. Dessa total da produção, somente uma percentagem pequena serve para a exportação. Na produção de 3 milhões de cachos anuais, apenas 20% se presta para a exportação. Esses 20%, alcançando um bom preço, é sempre comprado pelo exportador e enviado para o exterior. O restante é vendido, então, ao intermediário que traz à Capital esses 80%. Não há relação, sr. Presidente, entre o preço de exportação e o preço por que

compra e vende o intermediário. O assunto não foi bem compreendido porque, no Rio de Janeiro, esquecem-se de que o Brasil não é apenas a hipertrofia da capital do país e sim também, nós, os chamados provincianos. O produtor, ao vender ao exportador, faz uma operação que lhe dá lucro e que compensa o trabalho exaustivo contra a natureza inclemente, contra o clima hostil, contra a tuberculose, contra a malária insidiosa. Vendendo ao intermediário, ele quase não tem lucro. Apenas dá compensação ao seu trabalho. O intermediário, sim, comete crime quando compra o cacho de bananas a 2,50 e vende na capital a 2,50 a dúzia de bananas. Sr. Presidente, srs. Deputados, eu levanto a minha voz para defender o produtor e o exportador não o intermediário, e quero falar sobre os verdadeiros termos da questão. Assim procedendo, creio que estou fazendo obra útil nesta Assembléia. Queria dizer que, indiscutivelmente, se prevalecer o critério da Comissão de Preços teremos a paralização total da cultura no litoral, já tão difícil e combatida. A portaria deve ser revogada, em relação ao Paraná, na parte que diz respeito à exportação da banana, porque virá entravar o desenvolvimento da cultura em geral. Não quero, de maneira alguma, atribuir somenos conhecimentos à Comissão Nacional de Preços. Apenas acho que a portaria visava uma causa particular, que não se aplica ao Paraná. Acharam os membros da Comissão de Preços, como bons patriotas, concientes de seu dever, que esta medida era necessária a todo o país, mas houve falha em relação à solução do problema. Dirigindo-se uma Comissão para tratar do assunto com o governador, sr. Moysés Lupion, eu sei que ele saberá dar ao caso uma solução condigna, porque tudo está fazendo para solucionar os problemas do Paraná. Deve esta Assembléia Constituinte irmanar-se nos seus atos em prol da fruticultura do Paraná, porque, em caso contrário, estaremos concorrendo para sua completa paralização e, conseqüentemente, diminuição da grandeza no que diz respeito ao futuro do nosso Estado. Queria dizer isto com a maior serenidade e compreensão, como faço sempre que trato do que é nobre, justo e honesto. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. LOPES MUNHOZ: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o sr. Deputado Lopes Munhoz.

O SR. LOPES MUNHOZ: — Senhor Presidente. Nosso coração de paranaense se engalanou em festas quando tomámos conhecimento do gesto eminentemente democrático do senhor Governador do Estado, que na sofreguidão de procurar solucionar os maiores problemas que assoberbam a população local, se dirigiu ao encontro dos leiteiros de Curitiba, e com eles comungou durante algumas horas numa conversa que teve por objetivo nortear a conduta dos mesmos em torno do fornecimento de leite a coletividade curitibana. Demonstrou com esse gesto, o senhor Governador do Estado, a sua preocupação em ir ao encontro dos problemas, e ao encontro dos elementos diretamente interessados, para estudar com as massas as diretrizes aconselháveis para o desaparecimento dos impecilhos que estão entravando a normalidade da vida comum.

Evidencia-se com essa atitude do senhor Governador do Estado, o espírito democrático de que se acha imbuído e os propósitos corajosos de seu governo em remediar os grandes males que nos afligem, e por isto, senhor Presidente, o meu coração de paranaense se engalanou em festa. O nosso coração de brasileiro, senhor Presidente, vibrou de entusiasmo cívico, por outro lado, ao tomarmos conhecimento da mensagem que o senhor presidente Eurico Gaspar Dutra enviou ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão Legislativa ora iniciada. O Presidente de todos os brasileiros apontou ao Parlamento Nacional os defeitos que ainda corroem o organismo democrático da Nação, e projetou aos olhos dos representantes do povo a verdadeira fisionomia política do Brasil destes dias, focalizando a crise econômica, o equilíbrio orçamentário que tem sido uma das grandes preocupações do governo nacional, a educação e saúde, a redenção da criança, a missão das Forças Armadas, a execução da Constituição pelo desdobramento de seus princípios na ela-

boração da lei ordinária que venha a dar vida à Carta Magna. Falou também o senhor Presidente da República nas eleições municipais que se avizinham e que deverão transcorrer no mesmo clima de honestidade e limpidês por parte do Poder Público, como transcorreram as passadas eleições. Falando no Poder Público e na defeza da democracia, o Presidente Eurico Gaspar Dutra, tem expressões corajosas, cheias dessa virilidade que é o apanágio do Presidente da República, dizendo: (lê):

“A democracia justifica e reclama providências de defesa, tanto mais salutares, quanto mais entranhadas de animo preventivo. Remediar é sempre mais penoso que acautelar. Contra as ideologias declaradas partidárias do emprêgo da violência, a luta começa no lar, desdobra-se na escola e acompanha cada um e a todos no decorrer da inteira existência. De tempos em tempos as sociedades humanas têm recaídas nos sentimentos primitivos, retardando seu aperfeiçoamento. Praticada abertamente em nome de princípios totalitários, ou mascarada sob disfarces democráticos, — a tirania de um homem ou de um grupo é sempre indesejável e incompatível com a nossa tradição e os nossos antecedentes históricos.

Eis porque, na Constituição de setembro, a sabedoria dos legisladores inscreveu duas regras políticas de grande atualidade para os que acompanham, com patriotismo e consciência, a realidade que ameaça as instituições dos países democráticos. A primeira delas foi colocada no coração da Magna Carta, ou seja, no capítulo dos direitos e garantias individuais, estabelecendo que não será tolerada propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social. Essa regra é completada e esclarecida, no mesmo capítulo, pelo princípio exemplar de que é vedada a organização, o registro e funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contraria o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”.

Senhor Presidente, nesta mensagem enviada ao Congresso Nacional, os hábitos da vida política e administrativa de nossa Pátria foram focalizados pelo Presidente da República. Quando examinamos superficialmente aqui, o gesto de um Governador que vai ao seio do povo discutir os problemas do Estado, acolá do Presidente da República dando contas ao Congresso Nacional daquilo que faz em benefício da Pátria, e apontando os males ainda existentes, sempre imbuído da vontade de trabalhar pelo funcionamento regular do dinamismo da sociedade brasileira, reconhecemos, senhor Presidente, a grande e inconfundível vantagem que o Brasil usufrue através do sistema Presidencialista adotado pela Constituição Federal.

Isto porque se estivessemos no regimen Parlamentar existente e surgido na Inglaterra, que depois não foi aceito pelos Estados Unidos em sua emancipação política, onde até hoje vive, palpita e dirige a vida dos americanos, o regimen Presidencialista, se voltassemos a 50 anos atrás adotando o regime Parlamentar, estaríamos, sr. Presidente, longe da vitalidade de um governo eficiente, de um governo em condições de comunicar com o povo na solução dos nossos maiores problemas, e isto porque, por sua natureza lírica e amorfa, o Parlamentarismo seria um entrave à administração de um país de fisionomia política sui-generis como o nosso.

O sr. Vieira Netto: — Ao sabor da vontade popular.

O SR. LOPES MUNHOZ: — Por isto, sr. Presidente, não nos cansaremos de proclamar as vantagens do sistema Presidencialista no Brasil, pois, so mesmo este sistema de governo poderia dar ao Paraná, a felicidade de possuir um governador de Estado que possa efetivamente colocar ao serviço da causa pública a sua coragem, a expressão do seu entusiasmo pelo trabalho e seu amor incomensurável pela Pátria estremecida.

Sómente o sistema Presidencialista poderia dar ao Brasil a glória de possuir como Supremo Mandatário da Nação um homem da fibra do Presidente da República, porque nenhum e nem outro, tenho a certeza, seriam reis para reinar e não governar, presidentes líricos e decorativos,

eis que são homens cuja fibra só se adaptaria a chefia de um governo, compatível com as normas do sistema Presidencialista.

O sr. Vieira Netto: — Permite-me um aparte? A expressão típica do novo Parlamentarismo tem seu modelo atual na França.

O SR. LOPES MUNHOZ: — A França, diz bem V. Excia., apesar de ser em espírito um país e um povo irmanados conosco, a França que todos nós outrora cultuávamos, sr. Presidente, cantando o hino nacional ao lado da Marselhesa.

O sr. Vieira Netto: — Aliás, a Marselhesa é um hino universal da libertação dos povos.

O SR. LOPES MUNHOZ: — A França que foi de fato a viga mestra que nos ensinou e nos conduziu nos primeiros passos de nossa cultura, a França que está a olhar o mundo, enfraquecida e depauperada, depois da grande guerra por que passámos, foi uma das vítimas do Parlamentarismo e da derrubada de Gabinetes imprestáveis quase perecendo no torvelinho da sua própria tempestade, não fôra a força moral de seus filhos. Somos Presidencialistas, tanto quanto os que mais o sejam; somos Presidencialistas, porque vemos no Presidencialismo o respeito ao Parlamento, dentro da órbita de atribuições de cada lado, somos Presidencialistas, sr. Presidente, não adotando, porém, o Presidencialismo deturpado pela Constituição de 1937, porque o sistema de governo ali adotado atentava quanto ao brio do Parlamento; somos Presidencialistas pelos princípios da Constituição de 34, e muito mais agora pelos preceitos políticos esponsados pela Carta de 1947. Sr. Presidente, não teria cabimento o debate desta tése, senão com o intuito respeitoso de oferecer retificação ao ponto de vista em contrário aqui expressado. Não teria cabimento porque a Constituição dos Estados Unidos do Brasil já afirmou e consagrou o sistema Presidencialista, e não seria possível fugir a estes princípios fundamentais que hão de regular os nossos passos e nos orientar na elaboração da Constituição Estadual. O Presidencialismo evita a queda de Gabinetes, põe o Executivo em contacto direto com o povo, e o Parlamento sempre teve e terá neste sistema governamental, alta preponderância, desde que se delimite o exercício de suas atribuições sem pretender estabelecer inversão da ordem administrativa e jurídica, que, isto sim, reverteria em prejuízo e desprestígio das Assembléias. Dentro do Presidencialismo há lugar de sobra para a prevalência das inalienáveis prerrogativas do Parlamento.

Era o que tinha a dizer à guisa de retificação aos comentários aqui desenvolvidos em torno do Parlamentarismo.

O SR. PRESIDENTE: — Continúa a Hora do Expediente.

O SR. FELIZARDO GOMES DA COSTA: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o Deputado sr. Felizardo Gomes da Costa.

O SR. FELIZARDO GOMES DA COSTA: — Sr. Presidente, srs. Deputados. É louvável a maneira patriótica, o desejo ardente e o interesse com que vêm os nobres colegas discutindo e debatendo os problemas de nosso Estado, nesta Casa. Entre esses problemas, o que foi tratado pelo sr. deputado Santos Filho, é um dos que merecem toda a consideração dos representantes do povo. Efetivamente, o problema tratado pelo ilustre colega diz respeito à economia do Paraná. Nós, como representantes de um dos municípios do litoral, temos o prazer de dar o nosso irrestrito apóio a essa campanha, na certeza de que assim o fazendo estaremos pugnando pela riqueza dos municípios, pelo progresso de nosso Estado e grandeza do Brasil.

O SR. PRESIDENTE: — Continúa a Hora do Expediente.

O SR. SANTOS FILHO: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o Sr. Deputado Santos Filho.

O SR. SANTOS FILHO: — Senhor Presidente. Ouvi, embevecido, as palavras do nobre deputado do Partido Social Democrático, senhor Oscar Lopes Munhoz, e quero com ele fazer uma profissão de fé Presidencialista. Creio, sr. Presidente, Creio, nobres Deputados, que efetivamente, em relação á época, o Presidencialismo mais se coaduna com o momento e com os problemas atuais: como nos tempos anteriores, os nobres colegas sabem o sen-

tido que emprestou o Parlamentarismo à nossa história, por que, sr. Presidente, como eu cultuo a história de minha Pátria e de meus antepassados, julgo necessário, neste caso, quando se faz uma defesa de fé Presidencialista, que ninguém poderá negar que foi o regime Parlamentarista que trouxe grande esplendor ao Segundo Reinado.

O sr. Lopes Munhoz: — Peço licença para apartear V. Excia. Eu não disse que era contra. Faço votos de homenagem ao Parlamentarismo.

O SR. SANTOS FILHO: — Perfeitamente, eu cumpro apenas neste momento o dever com relação aos problemas de minha Pátria, pois lutaram por ela e deram por ela seu sangue grande vultos.

O sr. Vieira Netto: — Deve V. Excia. declarar que o Parlamentarismo permitiu verdadeiras revoluções pacíficas no Segundo Império, como a libertação dos escravos e até permitiu a preparação da República.

O SR. SANTOS FILHO: — V. Excia. veio reforçar minhas palavras de gratidão ao passado. Devemos ser gratos ao Segundo Reinado, que lançou os marcos da hegemonia do Brasil na América, e devemos ser gratos ao regime parlamentarista que permitiu conquistar para nossa Pátria um lugar de destaque.

O sr. Vieira Netto: — E que nos servirá hoje muito mais, nas atuais condições históricas.

O SR. SANTOS FILHO: — Não concordo com V. Excia. neste ponto, porém me apraz discutir com V. Excia., em quem reconheço um grande espírito. O regime Parlamentar foi iniciado no Segundo Reinado pela grandiosidade de Bernardo Pereira de Vasconcellos, se não me falha a memória, e foi completado com a criação do cargo de Primeiro Ministro de Estado, este regime permitiu um grande desenvolvimento aos nossos problemas naquela época, principalmente dos problemas internos, porque se não tivéssemos as guerras contra Rosas, Lopes e Oribes poderíamos ter feito com que todas as nossas energias fossem derivadas para o regime interno, em vez de serem gastas no externo. V. Excia. deve concordar.

O sr. Vieira Netto: — Os acontecimentos históricos não acontecem por acaso.

O SR. SANTOS FILHO: — Não acontecem por acaso, há leis que os regem e, justamente, se elas ocorressem por acaso, se o regime Parlamentar naquela época transmudasse, a posição do Brasil não seria a mesma que é. Pedi a palavra apenas para concordar com a tese do deputado Oscar Lopes Munhoz e não quis deixar de assinalar um voto de profunda gratidão ao regime, que se não condiz com o momento presente, nos prestou grandes serviços no passado. Vim a esta tribuna fazer apenas uma profissão de fé presidencialista, mas não quero deixar que passe o regime Parlamentar como prejudicial, ressaltando seus grandes serviços prestados ao passado.

O sr. Vieira Netto: — O Parlamentarismo evoluiu muito desde o tempo do Rei D. João . . .

O SR. SANTOS FILHO: — Qual deles?

O sr. Vieira Netto: — O Rei D. João Sem Terra e sua Magna Carta. Defendo o Parlamentarismo que rege os governos populares, como o da França.

O SR. SANTOS FILHO: — Prefiro tratar dos problemas do Brasil.

O sr. Vieira Netto: — Nesse ponto estamos de acôrdo.

O SR. SANTOS FILHO: — Muito obrigado. É comovente a solidariedade. V. Excia. se recorda na Inglaterra, eu estou ainda no Brasil. V. Excia. foi à Inglaterra, mas voltando ao Brasil encaro a questão por um prisma nacionalista, pensando acima de tudo na nossa terra, nos nossos problemas, mas nunca voltando os olhos para a terra dos outros, pondo os problemas dos outros na frente dos nossos, porque a nossa civilização é uma civilização sui-generis e impar. Como já disse, senhor Presidente, é comovente a solidariedade que irmana todos nós, e faço votos para que assim continuemos, é meu desejo, de acôrdo com as palavras de S. Excia. o Governador do Estado, construamos um Paraná maior e, no meu conceito, melhor. Eu quero também deixar aqui um comentário de louvor aos trabalhos notáveis, aos benefícios notáveis prestados pelo Parlamentarismo,

principalmente no Segundo Reinado, e lamento que tenha agitado tanto esta Assembléia. Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE: — Esgotada a Hora do Expediente, passa-se á

ORDEM DO DIA

Da Ordem do Dia consta a votação englobada do Projeto do Regimento Interno. Está em votação. Os srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. Esta aprovado.

Nada mais havendo a tratar, marco para a sessão de amanhã, dia 25, à hora regimental, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão do Regimento Interno e recebimento das emendas.

Levanta-se a sessão.